



Estados e municípios terão prazo maior para quitar precatórios

Plenário aprovou proposta de emenda à Constituição permitindo que dívidas a vencer em 2020 sejam quitadas em 2024. Texto vai para a sanção presidencial

Por unanimidade, os senadores aprovaram ontem proposta de emenda apresentada por José Serra que estabelece quatro anos a mais para governadores e prefeitos quitarem precatórios, com o vencimento passando de 2020 para 2024. A PEC agora vai para a sanção presidencial. Em consonância com uma de-

cisão do Supremo Tribunal Federal, os precatórios de que trata a PEC passarão a ser reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E). O objetivo da proposta aprovada é compatibilizar as decisões do Supremo, as dificuldades financeiras dos estados e municípios e os direitos dos credores. **3**



Eunício Oliveira, ao lado de José Medeiros (D), conduz a sessão em que o Plenário aprovou a PEC que trata de precatórios

Waldemir Barreto/Agência Senado

Cooperativas poderão captar recursos públicos **3**

Política para biocombustíveis vai à sanção **5**

Incentivos a salas de cinema valerão até fim de 2019 **3**

Mulheres poderão alçar altos cargos da Marinha **4**

Fundo para segurança pública segue à Câmara **3**

Comissão discute hoje projeto de lei orçamentária de 2018

A Comissão Mista de Orçamento se reúne hoje para discutir o relatório final da proposta orçamentária de 2018. O presidente do Sena-

do, Eunício Oliveira, disse que a proposta deve ser votada na terça-feira. Ontem a comissão debateu a reforma da Previdência. **5**



Hélio José (E) fala sobre Previdência em debate com ministro Dyogo Oliveira

Roque de Sá/Agência Senado

Colegiado condena falta de verba para ampliar internet **6**

Relator da CPI da JBS pede que Janot seja indiciado **8**



Proposta que cria subsídio para a conta de água é de Eduardo Braga

Peirão Franco/Agência Senado

Tarifa de água e esgoto para família carente deve ir à Câmara

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem, em decisão final, projeto que cria a Tarifa Social de Água e Esgoto, que estabelece valores diferenciados para famílias que recebem até meio salário mínimo por pessoa. A proposta vai à Câmara, caso não haja recurso para análise do Plenário do Senado. **7**

Eleição pode ser prejudicada por fake news, conclui debate

Para participantes do seminário *Fake News e Democracia*, as eleições de 2018 correm risco com a divulgação de *fake news*

(notícias falsas). O debate foi realizado ontem pelo Conselho de Comunicação Social e contou com especialistas em comunicação e direito. **2**



Senador João Alberto Souza (3º à esq.) em debate sobre notícias falsas

Roque de Sá/Agência Senado

Leia, encartado na edição de hoje, o *Jornal Senado Mulher*



Reprodução



www.congressonacional.leg.br

Duas Casas. O mesmo endereço.

Novo Portal do Congresso. Acompanhe tudo o que acontece no Parlamento brasileiro.



Rogério de Sá/Agência Senado



João Alberto (3º à esq., à mesa) preside debate sobre notícias falsas e democracia no Auditório do Interlegis

Fake news põem em risco as eleições, diz jornalista

Participantes de seminário do Conselho de Comunicação Social defenderam que Facebook e Google colaborem com autoridades e políticos para barrar ou diminuir o impacto das notícias falsas no país

O JORNALISTA MANOEL Fernandes defendeu ontem, durante o seminário *Fake News e Democracia*, que Facebook e Google devem colaborar com autoridades, políticos e mídia em estratégias e ações visando diminuir o impacto das *fake news* (notícias falsas) nas eleições de 2018. Segundo ele, as *fake news* representam, de fato, um risco para o processo eleitoral brasileiro. O seminário foi realizado pelo Conselho de Comunicação Social (CCS).

Fernandes, da empresa Bites, lembrou que Facebook e Google já colaboram com os governos da Alemanha e da Itália. Segundo ele, essas empresas faturaram no Brasil cerca de R\$ 43 bilhões entre janeiro e setembro deste ano.

— O Brasil erra quando considera essas empresas como do setor de tecnologia. Na verdade, elas são empresas de mídia e faturam bilhões de dólares

pela audiência que auferem.

Representante da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e TV (Abert), Luis Antonik acrescentou que o Facebook e o Google faturam nas duas pontas por causa das *fake news*, uma vez que os atingidos também recorrem às redes buscando minorar o impacto das difamações. Isso se traduz em aumento de visualizações que se transformam no faturamento publicitário do Facebook e do Google.

O presidente do conselho, Murillo de Aragão, anunciou que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) estará atento às *fake news* durante as eleições. Ele acrescentou que, em breve, o tribunal iniciará a expedição de normas sobre o assunto.

O conselheiro Miguel Matos sugeriu que o conselho participe da ação direta de constitucionalidade (ADC 51) movida pelo Facebook no

Supremo Tribunal Federal (STF), relacionada a acordo de cooperação judiciária entre Brasil e Estados Unidos.

Segundo o promotor Frederico Ceroy, esse acordo remete à Justiça dos EUA a palavra final sobre a remoção das *fake news* relacionadas ao processo eleitoral brasileiro. O Facebook alega que os dados estão em datacenters localizados nos Estados Unidos. Se esse entendimento prevalecer, o processo eleitoral brasileiro estará definitivamente “entregue ao caos informacional, inundado por *fake news*”, afirma Ceroy.

O jornalista Domingos Fraga, do grupo R7, disse que a questão também é cultural. Ele citou uma pesquisa recente da Universidade de São Paulo segundo a qual cerca de 12 milhões de brasileiros já compartilharam notícias falsas pelas redes sociais, tendo plena consciência do que faziam.

Deficientes pedem mudança no Estatuto da Segurança Privada

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, recebeu ontem representantes do Movimento das Pessoas com Deficiência e as deputadas Erika Kokay (PT-DF) e Rosinha da Adefal (Avante-AL), que são contrários à aprovação do substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD) 6/2016 ao PLS 135/2010, que cria o Estatuto da Segurança Privada. A proposta aguarda votação no Plenário do Senado.

O grupo questiona trecho que exclui os vigilantes da contagem dos funcionários da empresa de segurança privada para fins de cálculo do número de cargos a serem obrigatoriamente preenchidos por pessoas com deficiência. Segundo eles, o texto está, na prática, impossibilitando que

as pessoas com deficiência exerçam atividades no setor. Os representantes argumentam que a redação é discriminatória, descumprindo o Estatuto da Pessoa com Deficiência e a Constituição de 1988, além de configurar violação dos direitos humanos das pessoas com deficiência.

O presidente do Senado sugeriu que uma nova redação para a proposta seja feita “sem radicalismo” para que as pessoas com deficiência possam atuar no setor de segurança privada, excluídas apenas as operações de risco. Eunício Oliveira explicou que, mesmo constando da pauta do Plenário, ainda não há acordo para votação.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Eunício convoca sessão do Congresso para a manhã de hoje

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, que também preside o Congresso, convocou sessão para hoje, às 10h. A sessão marcada para ontem foi cancelada por causa de votações na Câmara. Hoje, senadores e deputados devem analisar cinco vetos que tramam a pauta e 15 projetos de lei. Eunício quer abrir espaço para a votação da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2018.

— Vamos ter sessão para votação dos vetos e dos projetos que ainda estão pendentes, para fazermos o encerramento deste ano. Até a próxima terça-feira, no máximo, votaremos a LOA para que saíamos de férias com o dever cumprido.

Viana elogia ratificação do país a emenda ao Protocolo de Kyoto

O Brasil recompõe sua autoridade perante a comunidade internacional ao ratificar a emenda ao Protocolo de Kyoto, disse ontem Jorge Viana (PT-AC) na apresentação do relatório anual de atividades da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas (CMMC). Viana é o presidente da comissão.

O projeto que ratifica para o Brasil a chamada Emenda Doha (PDS 227/2017) foi aprovado pelo Senado na quinta-feira. A aprovação formaliza a adesão do país ao segundo período de compromissos do acordo climático, que segue até o fim de 2020. O projeto, que foi relatado por Viana, agora será promulgado.

A emenda foi estabelecida na Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima realizada no Catar em 2012 (COP-18). O texto fixa metas de emissão de gases de efeito estufa inferiores às praticadas em 1990.

— A ratificação do acordo por parte do Congresso não deixa lacuna na participação do Brasil na busca de combater as mudanças climáticas — disse Viana.

O senador saudou o relatório apresentado pela CMMC. O documento foi lido pelo deputado Sergio Souza (PMDB-PR), que apontou o desafio futuro do Brasil em conciliar a retomada do crescimento econômico com redução de emissões de gases poluentes.

— As mudanças climáticas não são advento do futuro, são advento do presente. Basta olhar os reservatórios de Brasília, São Paulo e Rio, a maior seca da história do Nordeste e a seca recente no Paraná — disse Souza.

O relatório destaca a participação da comitiva de parlamentares brasileiros na COP-23, a conferência do clima realizada neste ano em Bonn, na Alemanha.

Energia limpa

Ex-presidente da CMMC, o senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) saudou o trabalho da comissão e defendeu a substituição de todas as usinas termelétricas movidas a óleo por unidades movidas a gás natural, que geram energia mais limpa. A senadora Regina Sousa (PT-PI) destacou que o Piauí detém o maior parque solar da América Latina.



Jorge Viana fala, ao lado de Sergio Souza, na reunião da comissão mista

Jefferson Rudy/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CAS Ministro da Saúde**
9h Audiência com Ricardo Barros. Depois, 17 itens e avaliação do Mais Médicos.
- CDR Segurança hídrica**
9h Avaliação de política sobre segurança hídrica. Depois, pauta de 13 itens.
- CTEC Segurança em eventos esportivos**
9h Entre 22 itens, o PLS 457/2016, sobre segurança privada em eventos esportivos.
- CPI DA JBS Relatório**
9h30 Votação do relatório final.
- CCJ Jogos de azar**
10h Na pauta de 32 itens, o PLS 186/2014, que regula a exploração de jogos de azar.
- CMO Votação**
10h Sequência de reunião deliberativa.
- CONGRESSO Sessão conjunta**
10h Análise de 5 vetos e 15 projetos de lei.

- CDH Inclusão social de idosos**
11h Entre 26 itens, o PLS 648/2015, que prevê programas de inclusão de idosos.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h Na pauta, o Fundo de Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações.
- CÓDIGO COMERCIAL Plano**
14h30 Plano de trabalho.
- MP 800/2017 Concessões rodoviárias**
14h30 Votação do relatório.
- MP 802/2017 Microcrédito**
14h30 Análise do relatório.
- MP 806/2017 Tributação de fundos**
14h30 Votação de requerimentos.
- DESBUROCRATIZAÇÃO Relatório**
15h Análise do relatório final
- CPI DOS MAUS-TRATOS Cartilha**
15h Apresentação de cartilha.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Pagamento de precatórios terá prazo maior

Estados e municípios terão mais quatro anos para pagar dívidas que venceriam em 2020. Os valores serão atualizados segundo decisão do STF

O PLENÁRIO DO Senado aprovou por unanimidade a proposta de emenda à Constituição que aumenta de 2020 para 2024 o prazo final para estados, Distrito Federal e municípios quitarem os precatórios dentro de um regime especial. Em 1º turno, foram 61 votos a favor e nenhum contrário. Em segundo turno, o resultado foi 57 a 0. Como tramitou sob calendário especial, a PEC 45/2017 agora vai à promulgação.

A proposta, de José Serra (PSDB-SP), já tinha passado pelo Senado e sido enviada à Câmara dos Deputados, onde também foi aprovada por unanimidade (390 votos) com

alterações de um substitutivo do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP). Devido às mudanças na Câmara, o texto voltou ao Senado.

Atualização

Os precatórios são dívidas contraídas pelos governos em todas as esferas quando são condenados pela Justiça a fazer um pagamento após o trânsito em julgado. Os precatórios de que trata a PEC passarão a ser atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), seguindo decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

A proposta tenta compatibilizar decisões do STF, dificuldades financeiras dos entes federados e direitos dos beneficiários.

— É um produto de longa negociação no Congresso que objetiva o equilíbrio das contas



Petecão, Eunício e Roberto Rocha em Plenário, durante votação da PEC

de estados e municípios — avaliou o senador José Agripino (DEM-RN).

Depósitos

Os entes federados continuarão a ter de depositar mensalmente, em conta especial do Tribunal de Justiça local, 1/12 de sua receita corrente líquida para fazer os pagamentos.

Quanto aos depósitos relativos a ações na Justiça e a

recursos administrativos, relativos a processos em que os estados, o DF ou os municípios sejam parte, a PEC mantém a permissão de uso de 75% do total para pagar precatórios.

Mas será obrigatória a criação de um fundo garantidor com o que sobrar (25%) para pagar as causas perdidas pelos entes federados ou suas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes. O fundo

será corrigido pela Selic, desde que não seja inferior aos índices e critérios aplicados para os valores retirados, os 75%.

Idosos

A Constituição estabelece preferência de pagamento para os precatórios de natureza alimentícia e, entre esses, outra preferência para idosos, portadores de doença grave ou pessoas com deficiência. A preferência é limitada a cerca de R\$ 16,5 mil, três vezes o valor da requisição de pequeno valor (RPV).

A PEC prevê que, nos pagamentos feitos pelo regime especial (até 2024), a preferência para esse público abrangerá valores cinco vezes a RPV, aproximadamente R\$ 27,6 mil. Se o precatório tiver valor maior que isso, ele poderá ser fracionado. O restante seguirá a ordem cronológica de apresentação.

Cooperativas poderão captar recursos de municípios

O Senado aprovou ontem projeto que autoriza as cooperativas de crédito a captarem recursos de municípios. O Projeto de Lei da Câmara 157/2017 — Complementar segue agora para a sanção da Presidência da República.

O texto, do deputado Domingos Sávio (PSDB-MG), permite que cooperativas de crédito captem recursos de municípios, de seus órgãos ou entidades e das empresas por eles controladas.

Conforme a legislação das cooperativas de crédito (Lei

Complementar 130/2009), a captação de recursos e a concessão de créditos e garantias devem ser restritas aos associados. A exceção fica por conta de operações com outras instituições financeiras e dos recursos obtidos de pessoas jurídicas, em caráter eventual.

No Plenário, o texto foi relatado por Waldemir Moka (PMDB-MS). Ele ressaltou a importância das cooperativas para o desenvolvimento dos municípios. Além disso, destacou, elas reúnem mais de 9 milhões de cooperados,

com ativos estimados em R\$ 220 bilhões em 2017.

— Vale destacar que somente os bancos oficiais podem operar recursos da prefeitura e muitos municípios não contam com essas agências, encontrando dificuldades para recebimento de recursos federais.

Aécio Neves (PSDB-MG) e Cidinho Santos (PR-MT) elogiaram a aprovação da proposta em um momento em que os grandes bancos diminuem a rede de atendimento nas pequenas cidades.

Incentivo à construção de cinemas será prorrogado até o fim de 2019

A medida provisória que prorroga a vigência do Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine) até 31 de dezembro de 2019 foi aprovada ontem pelo Plenário. O mesmo prazo valerá para benefícios previstos pela Lei do Audiovisual (Lei 8.685/1993).

Aprovada na forma de um projeto de lei de conversão, o texto (MP 796/2017) seguirá para a sanção presidencial.

O Recine suspende a cobrança do PIS, do IPI, da Cofins e do Imposto de Importação sobre os investimentos de construção ou modernização de salas de cinema.

Marta Suplicy (PMDB-SP) apresentou o relatório incluindo os games produzidos de forma independente e os cliques musicais feitos pela indústria videofonográfica entre os beneficiários dos Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional.

Plenário aprova texto que permite à Caixa se capitalizar usando FGTS

O Senado aprovou ontem o projeto que autoriza o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a fazer contratos híbridos de capital e dívida com a Caixa. Os contratos poderão ser firmados até 31 de dezembro de 2018 em um valor total de até R\$ 15 bilhões. Como houve alteração do texto original (PLC 162/2017), a proposta voltará para a Câmara.

De acordo com o projeto, a

captação de recursos do FGTS pela Caixa não terá prazo de vencimento e poderá integrar o capital do banco para fins de cálculo do patrimônio de referência.

O texto aprovado foi o relatório de Romero Jucá (PMDB-RR), que explicou:

— Isso, trocando em miúdos, quer dizer que se poderá capitalizar a Caixa com recursos do FGTS sem perder patrimônio do fundo.

Novo fundo para segurança pública vai à Câmara

O Plenário aprovou ontem em segundo turno a proposta de emenda à Constituição que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública (FNDSP). O objetivo é financiar ações de aparelhamento, capacitação e integração das forças policiais dos estados. A PEC 24/2012 agora vai para a Câmara.

O texto, de João Capiberibe (PSB-AP), transfere para o FNDSP dois tributos pagos pelas indústrias de armas e material bélico: o Imposto so-

bre Produtos Industrializados (IPI), recolhido pela União, e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), cobrado por estados e Distrito Federal. O fundo é formado ainda pelo Imposto sobre Serviços (ISS) pago pelas empresas de segurança privada aos municípios.

O texto prevê outras fontes de recursos. O fundo ficará com os impostos pagos pelos bancos em operações de crédito, câmbio e seguro, títulos e valores mobiliários e ainda

com metade de tudo que o governo apurar em leilões judiciais de bens e mercadorias de origem criminosa.

A proposta define critérios para a distribuição da verba. Devem ser levados em conta indicadores de violência, número de alunos matriculados na educação básica, quantidade e remuneração dos policiais e aparelhamento deles em cada estado.

Os senadores destacaram a importância da proposta no combate à violência crescente.

MP com benefícios a petrolíferas é aprovada com alterações e retorna para deputados

A MP 795/2017, que beneficia empresas petrolíferas, voltará para a Câmara. O texto foi aprovado ontem pelo Plenário com uma emenda de conteúdo, o que obriga a volta à análise dos deputados.

A medida cria um regime especial de importação de bens a serem usados na exploração e na produção de petróleo e gás. Na Câmara, o relator aumentou, de

31 de julho de 2022 para 31 de dezembro de 2040, a data final para aproveitamento desse regime especial de tributação.

Enquanto o governo argumenta que é uma forma de modernizar a lei e incentivar o setor, a oposição aponta que o tamanho da renúncia fiscal faz as empresas ganharem muito à custa da perda de arrecadação do país.

Projeto que cria padrão nacional para Imposto sobre Serviços passa no Plenário

Uma proposta que define um padrão nacional para o recolhimento do Imposto Sobre Serviços (ISS) foi aprovada ontem pelo Senado e vai para a Câmara.

O PLS 445/2017 — Complementar, do senador Cidinho Santos (PR-MT), determina que os municípios e o Distrito Federal deverão informar num sistema eletrônico unificado as alíquo-

tas, a legislação pertinente e os dados bancários para recebimento do tributo. O contribuinte deverá declarar o valor devido de ISS na mesma plataforma.

O objetivo é facilitar a cobrança do ISS, que agora é arrecadado pelo município de destino (onde está localizado o usuário final). Armando Monteiro (PTB-PE) relatou o texto no Plenário.

Mulheres poderão se tornar oficiais da Marinha

Medida, que foi aprovada pelo Plenário e agora vai para a sanção presidencial, acaba com as restrições à admissão e à promoção das mulheres e com a vantagem dos militares sobre os civis nos concursos

O PLENÁRIO APROVOU ontem um projeto que libera às mulheres o acesso a todos os cargos de oficiais da Marinha. Da Presidência da República, o PLC 147/2017 vai agora para a sanção presidencial.

De acordo com o texto aprovado pelos senadores, as mulheres poderão ser admitidas nas atividades operativas da Marinha, podendo integrar o corpo da Armada e o de Fuzileiros Navais, até agora restritos a homens.

A Marinha é a única das Forças Armadas que tem uma mulher oficial general em seus quadros. A contra-almirante Dalva Maria Carvalho Mendes ocupa o terceiro posto mais importante da Marinha e tem patente equivalente à de general de brigada no Exército e brigadeiro na Aeronáutica. Pelas regras atuais, ela só pôde ascender na carreira por

ser médica e já fazer parte do corpo de saúde da instituição.

A Marinha quer ser a primeira força a retirar qualquer restrição à admissão e à promoção de mulheres em seus quadros, razão pela qual elaborou o projeto, enviado ao Congresso em setembro.

Também foi a Marinha a primeira a fazer curso de formação para oficiais voltado a

mulheres, em 1980.

A proposta exclui a vantagem que os militares têm sobre os civis ao prestarem concursos para os Cursos de Formação de Oficiais da Marinha. A mudança valerá para ambos os sexos. Desse modo, o militar deverá ser demitido ou desligado e reintegrado à Marinha em condições iguais ao do aluno civil.



Ronaldo Silva/Governo da Bahia

Proposta aprovada acaba com restrições às mulheres dentro da Marinha

Dia do Educador Social homenageia Paulo Freire

O Plenário aprovou ontem 17 projetos de lei que criam novas datas comemorativas. As propostas, que seguem para sanção presidencial, homenageiam categorias

profissionais, grupos sociais, além de pessoas e instituições que tiveram destaque em suas áreas de atuação. Entre eles, estão o educador Paulo Freire e o arquiteto Oscar Niemeyer.

Uma das propostas, o PLC 58/2015, cria o Dia Nacional do Educador Social, a ser comemorado no dia 19 de setembro, data de nascimento do Patrono da Educação, Paulo Freire.

Polêmica

A homenagem chega pouco depois de Freire ter seu nome envolvido em uma polêmica: a discussão sobre uma sugestão popular em análise no Senado que pede a revogação da lei que conferiu a titulação à Paulo Freire em 2012. A SUG 47/2017, no entanto, não deve prosperar porque terá parecer pela rejeição da relatora, Fátima Bezerra (PT-RN).

No dia 15 de dezembro, passa a ser comemorado o Dia Nacional do Arquiteto e Urbanista, como estabelece o PLC 213/2015. A data coincide com o nascimento do arquiteto Oscar Niemeyer.

Datas comemorativas aprovadas

Dia do Delegado de Polícia	3 de dezembro
Dia Nacional do Samba de Roda	25 de novembro
Semana Nacional da Responsabilidade Social	Segunda semana de abril
Dia Nacional do Palhaço	10 de dezembro
Dia Nacional da Agroecologia	3 de outubro
Dia Nacional do Krav Maga	18 de janeiro
Dia Nacional do Cerco da Lapa	9 de fevereiro
Dia Nacional da Astronomia	2 de dezembro
Dia Nacional do Teatro do Oprimido	16 de março
Dia Nacional do Educador Social	19 de setembro
Dia Nacional dos Rosacruz	2 de agosto
Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla	21 e 28 de agosto
Dia Nacional do Arquiteto e Urbanista	15 de dezembro
Dia Nacional de Educação a Distância	27 de novembro
Dia Nacional do Escotismo	23 de abril
Dia Nacional do Zootecnista	13 de maio
Dia Nacional do Exportador	28 de janeiro

Cidades que se destacam na economia ganham título

O Plenário aprovou ontem uma série de títulos em homenagem a diversas cidades, que agora seguem para a sanção presidencial. Castro (PR), por exemplo, recebeu o título de Capital Nacional do Leite. Teutônia (RS) pode ser oficialmente celebrada como Capital Nacional dos Corais.

Anchieta (SC) ganhou a designação de Capital Nacional da Produção de Sementes Crioulas.

Outro projeto aprovado confere a Olímpia (SP) o título de Capital Nacional do Folclore. Limeira (SP), por sua vez, recebe o título de Capital Nacional da Joia Folheada.

O título de Capital do Semiárido foi conferido a Mossoró (RN). Santa Teresa (ES), conhecida como precursora da imigração italiana no Brasil, ganhou uma data oficial de comemoração: o dia 26 de junho.

Personalidades também são homenageadas por meio de títulos concedidos a rodovias, estradas, viadutos, aeroporto e prédio.

O nome do cantor e compositor gaúcho Lupicínio Rodrigues, morto em 1974, será dado à ponte sobre o Rio Gravataí, construída na rodovia BR-448, em Porto Alegre.

Veja todas as homenagens: <http://bit.ly/CidadesRodovias>

Machado de Assis e Carlos Gomes devem virar heróis da pátria

O Plenário aprovou ontem oito projetos de lei que incluem nomes da cultura brasileira no Livro dos Heróis da Pátria. Entre eles, estão os escritores Machado de Assis (PLC 16/2014) e Euclides da Cunha (PLC 205/2015), o maestro Carlos Gomes (PLC 57/2016) e o líder abolicionista Luiz Gama (PLC 220/2015). Os projetos vão agora para a sanção presidencial.

Quem tem o nome inscrito no livro ganha status de herói nacional. O primeiro a ser inscrito foi Joaquim José da

Silva Xavier, o Tiradentes. Outros homenageados são Zumbi dos Palmares, Santos Dumont e Villa-Lobos.

Patronos

O Brasil vai ganhar novos patronos. O Senado aprovou quatro textos com essa finalidade: o PLC 221/2015 declara Luiz Gama Patrono da Abolição da Escravidão, o PLC 132/2015 indica dom Hélder Câmara Patrono dos Direitos Humanos, e o PLC 122/2014 designa Juscelino Kubitschek Patrono da Urologia.

Novos heróis e patronos

HOMENAGEADO	OBJETIVO
Machado de Assis , intelectual carioca, considerado um dos maiores escritores brasileiros da história	Inserir nome no Livro dos Heróis da Pátria
José Feliciano Fernandes Pinheiro (Visconde de São Leopoldo) , escritor, político e magistrado, criou as Faculdades de Direito de São Paulo e de Olinda	Inserir nome no Livro dos Heróis da Pátria
João Pedro Teixeira , fundador das Ligas Camponesas de Sapé e mártir da luta pela terra no Nordeste	Inserir nome no Livro dos Heróis da Pátria
Euclides da Cunha , escritor, professor, jornalista e engenheiro, autor de <i>Os Sertões</i>	Inserir nome no Livro dos Heróis da Pátria
Luiz Gama , depois de escravo, tornou-se líder abolicionista, dedicando a vida aos movimentos contra a escravidão	Inserir nome no Livro dos Heróis da Pátria e declarar Patrono da Abolição da Escravidão no Brasil
Joaquim Francisco da Costa (Irmão Joaquim do Livramento) , frade católico que se destacou em obras sociais	Inserir nome no Livro dos Heróis da Pátria
Carlos Gomes , maestro, autor da ópera <i>O Guarani</i>	Inserir nome no Livro dos Heróis da Pátria
Martim Soares Moreno , português que lutou pela preservação do território brasileiro	Inserir nome no Livro dos Heróis da Pátria
Juscelino Kubitschek , ex-presidente do Brasil, também era médico. Formado na UFMG, especializou-se na França	Declarar Patrono da Urologia no Brasil
Dom Hélder Câmara , arcebispo emérito de Olinda e Recife, foi defensor dos direitos humanos durante o regime militar	Declarar Patrono dos Direitos Humanos
José Bonifácio , estadista, poeta e cientista, lutou pela independência do Brasil	Declarar Patrono da Independência do Brasil

Voltam para Câmara textos que criam Dias do Vinho e da Capoeira

Aprovado no Plenário do Senado na forma de substitutivo, retorna à Câmara dos Deputados o projeto que declara o primeiro domingo de junho como o Dia Nacional do Vinho (PLC 147/2008). O projeto foi alterado para retirar o artigo que determinava a inclusão da data no calendário oficial do Ministério de Agricultura.

A proposta chegou a ser arquivada ao fim da legislatura passada, mas um requerimento do senador Lasier Martins (PSD-RS) fez com que voltasse à tramitação. No Rio Grande do Sul, já existe o Dia Estadual do Vinho, comemorado no primeiro domingo de junho.

Também retorna para a análise dos deputados o projeto que institui o Dia Nacional da Capoeira, a ser

comemorado em 15 de julho (PLC 17/2014). Essa foi a data em que a capoeira foi registrada como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil.

O texto original indicava a homenagem para 20 de novembro, coincidindo com o Dia da Consciência Negra. No Senado, o entendimento foi que a coincidência seria inconveniente, e a data foi mudada para 15 de julho.

Outra proposta que volta para a Câmara é a que cria a Medalha de Mérito Oswaldo Cruz. Segundo o PLC 2/2008, a comenda caberá àqueles que se destacarem na atividade de agente de saúde nos estados. A proposta também previa a criação do Dia do Agente Comunitário, mas, antes que fosse aprovada, foi promulgada uma lei criando a data.

Fundo para campanha eleitoral terá R\$ 1,7 bi

A Comissão de Orçamento tem quatro reuniões agendadas hoje para discutir o relatório final do Orçamento, que prevê recursos para eleições de 2018

O RELATÓRIO FINAL da proposta orçamentária de 2018, divulgado ontem, reservou R\$ 1,716 bilhão para o Fundo Especial de Financiamento de Campanha, que vai custear as campanhas dos partidos nas eleições gerais do ano que vem. Além disso, foram destinados R\$ 250 milhões para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) implantar o voto impresso. O texto é de autoria do relator-geral do projeto da lei orçamentária (PLN 20/2017), deputado Cacá Leão (PP-BA).

Hoje a Comissão Mista de



Ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, em debate na CMO, diz que país só cresce com reforma da Previdência

Orçamento (CMO) vai ser reunir quatro vezes para discutir o relatório final: às 10h, 11h, 14h e 18h. As reuniões serão coordenadas pelo presidente do colegiado, senador Dário Berger (PMDB-SC). Após a aprovação na CMO, a proposta

orçamentária precisa ser votada pelo Congresso.

A exigência da impressão de votos foi determinada pela Lei 13.165/2015. Já o Fundo de Financiamento de Campanha foi instituído pela última minirreforma eleitoral, aprovada

em outubro pelo Congresso, que criou a Lei 13.487/2017.

O fundo foi criado após o Supremo Tribunal Federal (STF) declarar inconstitucionais as normas que permitem doações de empresas para campanhas eleitorais. A decisão ocorreu em 2015 e forçou a discussão no Congresso de um novo modelo de financiamento das campanhas. Um fundo público, com recursos orçamentários, foi a saída encontrada pelos parlamentares.

Eunício afirma que sessão para votar o Orçamento pode ficar para terça

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse ontem que, se não houver como fazer tudo nesta semana, a sessão do Congresso para votar o Orçamento de 2018 será marcada para terça-feira.

— Eu pautei a LOA [Lei Orçamentária Anual, PLN 20/2017], mas não houve tempo suficiente ainda na comissão [CMO]. A comissão está debatendo agora [o relatório final]. Se houver pedido de vista, vai ser votado quinta-feira de manhã — explicou.

A sessão do Congresso prevista para ontem foi remarçada para hoje, com votação de destaques a vetos e projetos de crédito.

às emendas parlamentares.

O gasto com funcionalismo público foi mantido em R\$ 322,8 bilhões em 2018, e o cálculo inclui o adiamento de reajustes salariais e o aumento da contribuição previdenciária (de 11% para 14%) determinado pela MP 805/2017, com previsão de R\$ 6,6 bilhões para o caixa do Tesouro. A meta de déficit fiscal de R\$ 157 bilhões ficou abaixo dos R\$ 159 bilhões autorizados e o teto de despesas primárias (que excluem os gastos com a dívida pública federal) é R\$ 1,33 trilhão.

Da Agência Câmara

Debate evidencia divergências sobre as contas da Previdência

O debate ontem sobre as contas da Previdência Social, na Comissão Mista de Orçamento (CMO), evidenciou mais uma vez as divergências em relação aos números. Enquanto o governo aponta déficit de R\$ 229 bilhões em 2016 com o pagamento de benefícios aos trabalhadores em geral e servidores públicos, a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) afirma que, após dez anos de superavit, o déficit no ano passado foi de R\$ 56 bilhões nas contas da Seguridade Social, que engloba Previdência, Assistência Social e Saúde. Já o governo considera apenas as contribuições previdenciárias

sobre a folha salarial.

Na audiência, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, não entrou na discussão conceitual. Voltou a ressaltar que a reforma da Previdência é fundamental para o crescimento do país e a sustentação atuarial do próprio sistema. Segundo ele, a relação em 1980 era de 13 adultos para cada idoso, hoje é de nove adultos e em 2060 será de 2,3 adultos para cada idoso.

Floriano Martins, da Anfip, afirmou que o déficit de 2016 reflete a queda de arrecadação nas contribuições sociais da ordem de 12% e que a tendência pode ser de piora no curto prazo em função

das recentes mudanças na legislação trabalhista.

O secretário de Fiscalização da Previdência Social do Tribunal de Contas da União, Fábio Granja, disse que o déficit previdenciário dos servidores públicos vai cair de 1,1% do produto interno bruto (PIB) em 2016 para 0,4% em 2060. Granja admitiu distorções no caso dos militares. Já o secretário de Previdência Social do Ministério da Fazenda, Marcelo Caetano, disse que a reforma vai atacar privilégios das aposentadorias dos servidores que custariam, em média, R\$ 78,6 mil ao ano por inativo, enquanto os trabalhadores em geral custam, R\$ 5,1 mil.

Criação da Política Nacional de Biocombustíveis passa no Senado e segue para sanção

Os senadores aprovaram ontem o projeto que cria a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), como o etanol e o biodiesel. O PLC 160/2017 segue para sanção.

O RenovaBio é uma política de Estado que pretende reconhecer o papel estratégico de todos os tipos de biocom-

bustíveis na matriz energética nacional, tanto para a segurança energética quanto para a redução de emissões de gases de efeito estufa. Para atingir esses objetivos, o projeto propõe adoção de metas de redução de gases, certificação, adição compulsória de biocombustíveis aos combustíveis fósseis,

incentivos fiscais, financeiros e creditícios, ações em conformidade com o Acordo de Paris e utilização de créditos de descarbonização.

O autor do projeto é o deputado Evandro Gussi (PV-SP). No Plenário, o senador Cidinho Santos (PR-MT) leu o relatório em nome das Comissões de

Meio Ambiente (CMA) e de Infraestrutura (CI). O projeto já tinha sido aprovado, também ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com relatório do senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE).

Cidinho ressaltou que o Brasil é o segundo maior produtor mundial de biocombustíveis,

tendo gerado 27 bilhões de litros de etanol e 4,2 bilhões de litros de biodiesel em 2017. O país, porém, nunca teve política específica para os biocombustíveis de maneira conjunta, disse:

— Existe um potencial notável de inserção comercial para biogás, biometano e bioque-rosene de aviação — avaliou.

Aprovado depósito direto de royalties em banco que garantiu empréstimo a estado

Com a presença de governadores como Luiz Fernando Pezão (RJ) e Fernando Pimentel (MG), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem um projeto que autoriza a União a depositar os royalties do petróleo diretamente no banco que emprestou dinheiro a um estado ou município e ofereceu essa renda como garantia (PLC 161/2017).

A medida afasta o risco de inadimplência dos governos estaduais e municipais, o que deve gerar redução

dos juros dessas operações de crédito.

Foram 15 votos favoráveis e 2 contrários. Como tem decisão terminativa, a proposta seguirá para a sanção presidencial se não for apresentado recurso para votação no Plenário.

Segundo o relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), a proposta possibilita o direcionamento dos royalties e da participação especial devidos aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para o pagamento de folha de pessoal e dívidas previdenciárias.

CAE aprova repasse de R\$ 1,91 bilhão a estados por desoneração de exportações

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto do Poder Executivo que libera R\$ 1,91 bilhão a estados e municípios para compensar a renúncia de receitas resultante da imunidade assegurada aos produtos exportados. O PLC 163/2017 complementa a distribuição de recursos prevista na Lei Kandir devido à isenção de ICMS para produtos exportados.

Como já ocorreu em anos anteriores, o dinheiro será usado para compensar parcelas de dívidas de estados e mu-

nicipios com a União já vencidas ou, por acordo, daquelas a vencer.

Do total a receber, primeiramente serão deduzidas as dívidas com a União e depois as com garantia federal, inclusive externas. Em seguida, devem ser descontadas as dívidas com entidades da administração indireta. Se sobra-rem recursos, o dinheiro será creditado em conta bancária do beneficiário em parcela única em dezembro deste ano.

Relator, Wellington Fagundes (PR-MT) apresentou voto favorável.

Falta recurso para expandir internet, alerta comissão

Análise da Comissão de Ciência e Tecnologia sobre a política governamental de banda larga concluiu que o corte de investimentos públicos põe em risco a meta de universalizar acesso à rede no país

OS CORTES EM investimentos públicos feitos pelo governo podem comprometer o desenvolvimento tecnológico da área de telecomunicações, especialmente o objetivo de universalizar o acesso à internet no país. Essa é a principal conclusão da avaliação da política de banda larga no Brasil feita pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CTT).

A política de banda larga foi analisada pela CCT neste ano, em cumprimento à resolução do Senado que determina a avaliação anual de políticas públicas pelas comissões temáticas. O relatório do senador Jorge Viana (PT-AC) sobre o assunto foi aprovado ontem.

De acordo com Viana, o orçamento de 2017 do Ministério de Ciência e Tecnologia, responsável por vários programas de banda larga, foi reduzido de R\$ 5 bilhões para R\$ 3,27 bilhões.

— O governo não pode insistir em tratar o empenho de recursos nessa área como despesa. Gastos em ciência, tecnologia e comunicações são investimento — disse.

No texto, o senador informa que projetos do governo, como



Presidente da CCT, Otto Alencar conduz reunião para análise do relatório

o Amazônia Conectada e o Programa Cidades Inteligentes, têm resultados aquém do esperado. Segundo ele, os Planos Nacionais de Conectividade e de Internet das Coisas também estão atrasados.

Viana relatou ainda que apenas 1.814 (33%) dos mais de 5.500 municípios brasileiros são atendidos com redes 4G, enquanto 575 municípios sequer são atendidos com 3G.

— Temos que mudar essa realidade, senão estaremos empurrando o Brasil para trás.

O senador considera imprescindível a aprovação de projetos que estão tramitando no Congresso, como o PLC

79/2016, novo marco das telecomunicações que visa priorizar os investimentos em banda larga em substituição à telefonia fixa.

O texto aponta ainda para a necessidade de desoneração dos serviços de telecomunicações. Conforme o relatório, os tributos representam de 30% a 40% da conta dos serviços de telecomunicações, acima da média mundial, de 20%.

“Não é possível que a telefonia e o acesso à internet, inseridos na vida dos cidadãos para suas atividades mais rotineiras, continuem a ser tributados nos níveis do cigarro e da bebida alcoólica”, afirma o relatório.

Debate propõe programa de ressocialização de assediadores

A criação de programas de educação e de ressocialização dos assediadores foi uma das sugestões apresentadas ontem em debate na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) como forma de combate ao assédio no ambiente de trabalho.

Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) mostram que 52% das mulheres já sofreram assédio sexual, moral ou psicológico em algum momento da vida profissional. Para debater esse tipo de violência, a CAS reuniu mulheres das áreas criminal, jurídica, educacional e empresarial.

A presidente da CAE, Marta Suplicy (PMDB-SP), destacou que a audiência fez parte da campanha mundial 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres e pode ajudar na elaboração de leis e políticas públicas.

O assédio é a prática de

ataques repetidos que submetem a vítima a situações de intimidação, humilhação e perseguição. Delegada de Atendimento à Mulher, Sandra Melo ressaltou que a legislação atual permite que alguns tipos de violência contra as mulheres fiquem impunes ou tenham penas ineficazes.

A socióloga Lourdes Bandeira destacou que não basta reforçar a punição, pois muitos dos assediadores não compreendem o que configura uma atitude abusiva contra mulheres. Por isso, ela propôs a criação de programas para educar e ressocializar.

— Ao mesmo tempo, é preciso criar condições para que as próprias mulheres se manifestem, pois muitas vezes elas não denunciam os abusos sofridos por medo de serem julgadas ou por terem um histórico de quem sofreu violência.



Marta Suplicy (3ª à esq.) preside debate sobre assédio no trabalho

Avançam indicações de diretores para agência de águas

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem a indicação, pela Presidência da República, de três novos diretores para a Agência Nacional de Águas (ANA). Os senadores ressaltaram que o racionamento de água em diversas partes do Brasil e a preservação e a recuperação de

recursos hídricos são discussões que começam a ficar mais presentes na sociedade.

Um dos indicados, o professor de engenharia hídrica e civil da Universidade de Brasília (UnB) Oscar Cordeiro Netto, defendeu uma melhora na gestão das empresas de saneamento

e o fim do contingenciamento dos fundos de tecnologia para modernizar o abastecimento e a preservação da água:

— Acho que o grande desafio muitas vezes não é a questão de oferta e demanda, mas de governança.

Roberto Muniz (PP-BA) pediu atenção dos novos diretores à questão do saneamento básico. Para ele, o Brasil “está no pior dos mundos” nessa área.

— Na questão do saneamento não há serviço público mais desqualificado — disse o senador.

Além de Cordeiro Netto, foram aprovadas as indicações de Christianne Dias Ferreira e de Marcelo Cruz. As indicações seguem para análise do Plenário do Senado.

Restrições ao plantio de cana na Amazônia Legal

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou uma emenda de Plenário ao projeto que trata do plantio de cana-de-açúcar nas áreas degradadas da Amazônia Legal (PLS 626/2011). A proposta define que as áreas onde o plantio será permitido são as que estavam desmatadas até 31 de janeiro de 2010. Pelo texto original, o plantio ocorreria “preferencialmente” nas áreas degradadas. A emenda de Cristovam Buarque (PPS-DF) altera o texto para que o plantio possa ocorrer “somente” nessas áreas. Ou seja, o plantio ficará restrito às áreas degradadas ou de pastagem de baixa produtividade. O objetivo da emenda é evitar mais desmatamento na Amazônia Legal.



Senador Davi Alcolumbre (2º à esq.) dirige sabatina de Christianne, Cruz e Cordeiro Netto

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Família carente pode ter conta de água menor

Tarifa Social de Água e Esgoto foi aprovada ontem em decisão final na Comissão de Assuntos Econômicos. Valor beneficia família com renda de até meio salário mínimo

FAMÍLIAS COM RENDA de até meio salário mínimo por pessoa poderão pagar valores diferenciados nas contas de água. É o que determina o PLS 505/2013, que cria a Tarifa Social de Água e Esgoto, aprovado ontem em decisão final pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto, de Eduardo Braga (PMDB-AM), cria um subsídio para as tarifas de água e esgoto, a exemplo do que já existe para a energia, para beneficiar pessoas com baixa renda. O senador observou que alguns estados já adotam esse benefício para famílias que moram em habitações populares.

O desconto deverá ser calculado de modo cumulativo. Para a parcela de consumo de até 10 metros cúbicos de água mensais, o desconto será de 40%; para a parcela de consu-

mo acima de 10 a até 15 metros cúbicos, o desconto será de 30%; para a parcela acima de 15 a até 20 metros cúbicos, 20%; e para a parcela que consumir mais de 20 metros cúbicos não haverá desconto.

A proposta teve parecer favorável, com emenda, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). A senadora reforçou que o projeto uniformiza as

tarifas sociais criadas por municípios e estados desde a Lei 11.445/2007, que estabelece diretrizes para o saneamento.

CadÚnico

Como foi aprovado em decisão terminativa, o projeto poderá seguir para a Câmara, a menos que haja recurso para que seja votado antes pelo Plenário do Senado.

A tarifa social só poderá ser cobrada de famílias com renda per capita de até meio salário mínimo. Para usufruírem do benefício, essas famílias deverão se inscrever no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal (CadÚnico).

Moradores de baixa renda em áreas de ocupação não regulares, em habitações

multifamiliares (regulares e irregulares) ou em empreendimentos habitacionais de interesse social também poderão ter acesso ao benefício. Para isso, poderão solicitar às prefeituras o cadastramento das famílias no CadÚnico, desde que atendam às condições.

Caso a prefeitura não efetue o cadastramento em até 90 dias, os moradores poderão pedir ao Ministério do Desenvolvimento Social as providências necessárias.

Sob pena de perda do benefício, os cadastrados, quando mudarem de residência, deverão informar à prestadora. Quando solicitado e desde que tecnicamente possível, as prestadoras deverão instalar medidores de água para cada família que resida em habitações multifamiliares regulares e irregulares de baixa renda.



Tasso Jereissati, entre Armando Monteiro e Flexa Ribeiro, preside reunião da CAE que analisou o novo subsídio

Avança texto que alivia situação financeira de estados e prefeituras

Foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos um projeto que autoriza União, estados e municípios a ceder direitos creditórios ao setor privado (securitização). O PLS 204/2016 é de José Serra (PSDB-SP) e vai a Plenário.

A ideia é aliviar as finanças dos entes federados permitindo que vendam no mercado os direitos a créditos que tenham a receber, de origem tributária ou não. Assim, antecipariam a receita e evitariam o risco de inadimplência. Em troca, o governo cessionário aceitaria

um deságio (desconto sobre o valor a receber).

A securitização foi citada pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira, como uma das prioridades da pauta do Senado no segundo semestre.

Hoje já é possível a estados e municípios ceder o direito de dívidas pendentes. O autor do projeto o fez em 2009, quando era governador de São Paulo. Porém, persiste insegurança jurídica em relação à operação.

O texto é um substitutivo de Romero Jucá (PMDB-RR), acolhendo sugestões de senadores.

Aprovado Refis para micros e pequenas empresas

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto que institui o Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional (Pert-SN). A proposta (PLC 164/2017 — Complementar) teve parecer favorável do relator, José Pimentel (PT-CE), e seguiu para o Plenário, onde foi aprovada sua tramitação em regime de urgência.

Para Pimentel, as empresas vinculadas ao Simples Nacional com dificuldades financeiras também devem

ter a chance de quitar dívidas tributárias, com redução de juros, multas e encargos. “É grave a criação de programa especial de parcelamento aos devedores em geral, com previsão de redução de juros, multas e encargos, sem que haja regra similar para os devedores constituídos como microempresas e empresas de pequeno porte, não só pelo descumprimento de orientação constitucional, como também pelo efeito negativo de exclusão de devedores inadimplentes da sistemática do Simples Nacional”, avalia o senador.

Cristovam Buarque (PPS-DF) votou contra a proposta por não concordar com as políticas de Refis adotadas ano a ano. Apesar de votar a favor, Omar Aziz (PSD-AM) concordou com Cristovam sobre a necessidade de rever o critério de parcelamento de dívidas e disse que o Senado precisa se debruçar sobre norma que impossibilite adoção do Refis a cada ano, beneficiando o mau pagador.

Também o PLC 163/2017, que estabelece o repasse de recursos financeiros para estados e municípios, tramitará com urgência.

Código de Defesa do Contribuinte vai a Plenário

Com o objetivo de equilibrar a relação entre o fisco e o contribuinte, foi aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o projeto que cria o Código de Defesa do Contribuinte.

O texto (PLS 298/2011 — Complementar) integra a lista de propostas para melhorar a produtividade da economia brasileira, elaborada pelo Grupo de Trabalho de Reformas Microeconômicas.

A proposta segue para o Plenário e, por ser complementar, precisará de maioria absoluta para aprovação (metade mais um dos senadores — pelo menos 41 votos).

Apresentado por Kátia Abreu (sem partido-TO), o projeto recebeu nova redação. O substitutivo do relator, Armando Monteiro (PTB-PE), promove alterações na versão aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Segundo o senador, as mudanças retiraram o simbolismo da proposta de criar um código para proteger o contribuinte. Armando afirmou que é importante que a defesa do contribuinte seja regulada em um ato normativo distinto do Código Tributário Nacional (CTN).

Ampla defesa

Um dos artigos estabelece uma série de vedações à administração tributária, como a proibição de bloquear, suspender ou cancelar inscrição do contribuinte sem assegurar-lhe ampla defesa.

A administração poderá ficar impedida de levar força policial nas diligências ao estabelecimento do contribuinte e de divulgar o nome de devedor.

Armando inseriu um dispositivo para assegurar aos contribuintes a garantia de

que a ação penal para apuração de crime tributário que pressuponha supressão ou redução de tributo só seja proposta após o encerramento do processo administrativo. O projeto estabelece prazo máximo de dez dias para a expedição da certidão negativa de débitos tributários, contado da data do requerimento. O documento terá validade de seis meses.

Ao apresentar a proposta, Kátia Abreu destacou que o campo tributário brasileiro é caracterizado pela complexidade, pela carga excessiva e má pela qualidade, o que onera a produção nacional e inibe investimentos. Desse modo, argumenta ela, “deveriam ser adotadas medidas voltadas diretamente para o reforço da segurança jurídica dos contribuintes e para a simplificação das suas obrigações acessórias”.

Empresas devedoras do FGTS não terão acesso a financiamentos

Bancos públicos e privados poderão ser proibidos de conceder empréstimos, financiamentos e outros benefícios com recursos oficiais a pessoas jurídicas em débito com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). É o que prevê o PLS 184/2011, de José Pimentel (PT-CE), apro-

vado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O relator, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), apresentou emenda substitutiva para prever que a exigência conste da Lei 8.036/1990. Dessa forma, a medida será direcionada a todas as instituições financeiras e não apenas às oficiais.

Serviços públicos podem deixar de pagar fundo de telecomunicações

Todos os serviços públicos de emergência e de segurança pública ficarão isentos da cobrança do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel). É o que determina o PLS 15/2017, de Lasier Martins (PSD-RS), aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Criada em 1966, a taxa é cobrada anualmente de quem opera serviços de telecomunicações, como rádio, televisão e radiotelefonia. Os recursos vão para a Anatel e para o Fundo Setorial do Audiovisual. Lasier generalizou a isenção concedida pela Lei 9.472/1997, a determinados serviços.

Relator de CPI pede que Janot seja indiciado

Documento apresentado ontem pelo deputado Marun, que amanhã toma posse como ministro, deve ser votado hoje pela comissão que investiga a JBS. Texto também pede indiciamento dos irmãos Batista

DEVE SER VOTADO hoje o relatório final da CPI mista da JBS. O texto pede o indiciamento do ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot, defende a aprovação do projeto do abuso de autoridade (PL 7596/2017) e sugere uma proposta legislativa que proíba acordos de delação premiada com acusados presos.

As propostas foram criticadas por integrantes da comissão, como o senador Lasier Martins (PSD-RS) e os deputados Delegado Francischini (SD-PR), Hugo Leal (PSB-RJ) e João Gualberto (PSDB-BA). Eles defenderam a prorrogação do prazo dos trabalhos da CPI, que se encerram no dia 22, e criticam a “pressa” na aprovação do relatório, apresentado ontem.

O relator, deputado Carlos Marun (PMDB-MS), assume amanhã o cargo de ministro da Secretaria de Governo, encarregado das articulações políticas do Palácio do Planalto.

O presidente da CPI, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), defendeu a aprovação do relatório até amanhã.

— Caso isso aconteça [a prorrogação da CPI], corremos o risco de terminar sem relatório

aprovado, o que vai ser muito ruim — argumentou.

Para a prorrogação dos trabalhos, é preciso a assinatura de 27 senadores e 171 deputados.

O relatório de Marun pede o indiciamento de Janot e do ex-chefe de gabinete dele na Procuradoria, o também procurador da República Eduardo Pellela, por prevaricação, abuso de autoridade e “incitação à subversão da ordem política”.

“Ilações”

Segundo o relator, houve uma manobra do Ministério Público com o objetivo de depor Michel Temer da Presidência da República e interferir na escolha do sucessor de Janot.

— Em relação ao senhor Janot, houve muitas flechas lançadas ao ar com o objetivo de derrubar o presidente — disse.

Marun apontou dez ações de Janot que justificariam o indiciamento, entre elas a conclusão de que Temer cometeu crime “baseada em ilações”.

O deputado Francischini, um dos sub-relatores da comissão, questionou o pedido de indiciamento de Janot:

— Não posso concordar. Ele foi o grande coordenador da



O deputado Carlos Marun apresenta seu relatório, ao lado do senador Ataídes Oliveira, presidente da CPI da JBS

Lava Jato. Sem ele, não teríamos a devolução de bilhões de reais aos cofres públicos nem 120 delações premiadas, que levaram à recuperação de dinheiro e mudanças no nosso país. Não vejo crimes cometidos por ele.

O relatório de Marun também sugere o indiciamento de outras quatro pessoas, entre os quais o ex-procurador Marcello Miller e os empresários Joesley e Wesley Batista.

Manipulação

O deputado pede o indiciamento de Miller pelo crime de participação em organização criminosa, obstrução às investigações, exploração de prestígio, corrupção passiva, advocacia

administrativa e improbidade administrativa.

O relator sustenta que Miller, que fazia parte da equipe de Janot, orientou os donos da JBS antes de deixar o Ministério Público para atuar como advogado da própria JBS no processo de acordo de leniência.

Em depoimento à CPI, Miller negou ter cometido crime, mas admitiu ter feito uma “lambança” ao trocar o Ministério Público pela advocacia.

Marun pede ainda o indiciamento dos irmãos Joesley e Wesley por corrupção ativa, uso indevido de informação privilegiada e manipulação de mercado. O relatório sugere também o indiciamento do executivo Ricardo Saud, da

JBS, por corrupção ativa.

Wesley e Joesley estão presos, suspeitos de usar informações privilegiadas para obter lucro com compra de dólares e venda de ações da própria JBS antes da divulgação do acordo de colaboração que fizeram com o Ministério Público.

O senador Lasier criticou o relatório e disse que vai apresentar um voto em separado. Ele pediu mais tempo para a análise do documento final da CPI.

Com a posse de Marun, se o relatório não for aprovado até amanhã, outro relator terá que ser nomeado. Para o texto ser votado, é necessária a presença de 18 dos 64 integrantes da CPI.

Da Agência Câmara

Extinção de cotas em empresas de vigilância é criticada em debate

A aprovação do projeto do Estatuto de Segurança Privada representa um risco para as políticas de inserção no mercado de trabalho das pessoas com deficiência e de jovens aprendizes, afirmou o vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), Paulo Paim (PT-RS). O alerta foi feito em audiência pública realizada ontem pela comissão, para debater políticas públicas e ações afirmativas do governo voltadas aos movimentos negros organizados, às religiões de matriz africana e às comunidades quilombolas.

Pela proposta (SCD 6/2016), de iniciativa da Câmara dos Deputados, as empresas de segurança e transporte de valores ficam dispensadas de cumprir as cotas legais de preenchimento de vagas. De acordo com o texto, as pessoas com deficiência ou jovens são inadequadas a esse tipo de trabalho.

Paim leu ofício da Federação Nacional das Empresas de Vigilância e Transporte de Valores. No texto, o presidente da federação, Jefferson Furlan, afirma que a entidade não é a favor do projeto de lei que altera a política de contratação de pessoas com deficiência e de aprendizes pelas empresas.

A presidente da CDH, Regina Sousa (PT-PI), concordou com as preocupações de Paim. A senadora também abordou o problema do racismo, que, segundo ela, “é cada vez maior no país”.

A assessora técnica da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da



Paim coordena audiência com participação de Raquel Dias, Luana Vieira e Patrícia Zapponi

Igualdade Racial, Luana Maira Silva Vieira, defendeu a adoção de iniciativas que visem construir “um processo de reparação e reconhecimento da contribuição dos afros na construção da nação brasileira”.

— O trabalho de hoje é sistematizar a legislação para que ela chegue de fato à população negra — afirmou.

Políticas públicas

A consultora legislativa em direitos humanos e africanidade da Frente Parlamentar em Diversidade da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Patrícia Zapponi, cobrou maior entrosamento entre as políticas de Estado, aplicadas pelo governo federal, e as políticas locais:

— É importante ter ações conjuntas e complementares pela construção de uma política de Estado de combate ao racismo, à intolerância religiosa e à homofobia.

Paim disse que “as políticas de direitos humanos não têm limites nem fron-

teiras” e que é preciso lutar para que sejam implementadas e respeitadas.

A coordenadora-geral de Educação para as Relações Étnico-Raciais do Ministério da Educação, Raquel Nascimento Dias, lembrou que a legislação vigente de combate à discriminação racial ainda sofre com o racismo “institucionalizado e enraizado” no sistema público brasileiro.

O secretário nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Juvenal Araújo Junior, falou em defesa dos idosos e contra o projeto de reforma da Previdência Social. Na opinião dele, “os idosos vão pagar a conta mais uma vez”.

— Se os deputados aprovarem essa reforma contra o trabalhador, eles vão atingir todas as gerações futuras. A reforma não vê as desigualdades. Trata os desiguais como iguais e isso é covardia — declarou.

Também participaram do debate, entre outros, a procuradores do Trabalho Margaret Matos de Carvalho e Ronaldo Lira.

Volta à Câmara projeto sobre carros elétricos

Proprietários de carros elétricos ou híbridos poderão solicitar instalação de tomadas de recarga, com pagamento de tarifa diferenciada. É o que prevê projeto, aprovado ontem na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Como sofreu alterações, a proposta (PLC 65/2014) volta para exame da Câmara dos Deputados.

O projeto inicial obrigava as companhias de energia elétrica a instalar pontos de recarga em vias públicas e em prédios comerciais e residenciais. Mas o relator, senador Jorge Viana (PT-AC), alertou para o repasse do custo a todos, mesmo a quem não tem carro elétrico.

O texto aprovado prevê a instalação das tomadas de recarga pela distribuidora de energia elétrica apenas se houver manifestação de interesse por parte dos proprietários desse tipo de veículo. O serviço será cobrado em tarifa pré-paga ou em fatura separada. Uma emenda de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) exige do governo a regulamentação da instalação das tomadas de recarga.

O presidente da comissão, Eduardo Braga (PMDB-AM), observou que os carros elétricos utilizam energia limpa e, para ele, o Brasil deve investir nessa tecnologia. O custo para instalação das tomadas de recarga, ressaltou o senador, “é quase zero e representa um estímulo ao uso de carros elétricos”.